

Interlocução entre as orientações de documentos curriculares e atos de fala de professores de matemática à luz da ética discursiva habermasiana

Interlocution between the guidelines of curricular documents and speech acts of mathematics teachers considering habermasian discursive

Yara Patrícia Barral de Queiroz Guimarães¹

Wagner Barbosa de Lima Palanch²

RESUMO

Este artigo analisa a interlocução entre diretrizes presentes em documentos institucionais, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), e atos de fala proferidos por professores de matemática da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) em uma reunião cujo tema foi a inclusão no ensino de matemática. A partir da transcrição da reunião e da análise dos documentos, buscamos compreender como diferentes tipos de exteriorizações (expressivas, constatativas, avaliativas e idiossincráticas) dialogam com as orientações institucionais sobre inclusão, à luz da ética discursiva habermasiana. A análise evidencia convergências temáticas entre diretrizes institucionais e preocupações docentes e discute como a racionalidade comunicativa se manifesta na interação. O estudo propõe aperfeiçoamentos metodológicos e teóricos para futuras investigações que articulam análise do discurso e documentos institucionais.

Palavras-chave: Atos de fala; Ética discursiva habermasiana; Análise do discurso; Professores de matemática; Documentos institucionais.

ABSTRACT

This article analyzes the interaction between guidelines present in institutional documents, the Institutional Pedagogical Project (PPI) and the Institutional Development Plan (PDI), and speech acts uttered by mathematics teachers in Professional Technical Education at the Secondary Level (EPTNM) during a meeting whose theme was inclusion in mathematics teaching. Based on the transcript of the meeting and the analysis of the documents, we seek to understand how different types of externalizations (expressive, constative, evaluative, and idiosyncratic) dialogue with institutional guidelines on inclusion, considering Habermasian discursive ethics. The analysis reveals thematic convergences between institutional guidelines and teachers' concerns and discusses how communicative rationality manifests itself in interaction. The study proposes methodological and theoretical improvements for future investigations that articulate discourse analysis and institutional documents.

Keywords: Speech acts; Habermasian discursive ethics; Discourse analysis; Mathematics teachers; Institutional documents.

¹. Professora do Departamento de Matemática e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7268-3694>. E-mail: yara.matematica@cefetmg.br.

². Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo, da PUC-SP, e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências, da Universidade Cruzeiro do Sul. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9473-407X>. E-mail: wagnerpalanch@gmail.com.

Introdução

Como parte integrante para a pesquisa em um curso de doutorado foi realizada uma reunião entre a primeira autora e um grupo de 09 professores de matemática que lecionam para a EPTNM – Educação Profissional Técnica de Nível Médio, de uma instituição federal de ensino localizada no Estado de Minas Gerais. Essa reunião teve como tema a inclusão no ensino de matemática, aconteceu por videoconferência em setembro de 2022 e teve duração de 1h40min, que foi gravada com autorização dos participantes.

Em conjunto com a reunião, surgiu a necessidade de se estudar os documentos curriculares institucionais e, para isso, tivemos acesso ao PPI – Projeto Pedagógico Institucional e ao PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional. Nesses documentos, buscamos o que era abordado a respeito da inclusão.

Embora a noção de atos de fala esteja originalmente vinculada a situações intersubjetivas de interação entre sujeitos capazes de linguagem, neste estudo os documentos institucionais, em especial o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), são analisados a partir de seus enunciados normativos, entendidos como formulações discursivas que expressam orientações, compromissos e pretensões de validade institucionalmente estabelecidas. Assim, o uso da expressão “atos de fala” em relação a tais documentos ocorre em sentido analógico, não implicando atribuir-lhes estatuto de sujeitos falantes, mas reconhecendo que seus enunciados participam de práticas discursivas mais amplas, nas quais orientam ações, legitimam expectativas e estruturam formas de compreensão compartilhada no interior da instituição. À luz da ética discursiva habermasiana, esses enunciados podem ser compreendidos como portadores de pretensões de validade que se tornam passíveis de interpretação, crítica e ressignificação quando confrontados com discursos efetivamente produzidos por sujeitos em contextos comunicativos concretos, como é o caso das falas docentes analisadas neste artigo. Foram selecionados 5 atos de fala no PPI e 2 atos de fala no PDI.

Da transcrição dessa reunião foram selecionados 48 atos de fala para estudo e destes, escolhemos 7 para compor este artigo, por entender que podem ser relacionados a um dos atos de fala do PPI e 9 atos de fala que corroboram o ato de fala selecionado do PDI.

Através das obras de Jurgen Habermas, um dos mais importantes e influentes filósofos da atualidade, optamos por aprofundar os estudos sobre a Teoria do Agir Comunicativo (ou Teoria da Ação Comunicativa), quando o autor defende a busca do consenso em uma interação por meio do

entendimento, da comunicação ética. Habermas (2019) acredita que a busca por soluções para os problemas sociais deve percorrer o caminho do debate ético, tendo como meta o consenso.

Assim, este artigo visa estabelecer uma interlocução entre os atos de fala dos professores durante a reunião com 1 ato de fala do PPI e 1 ato de fala do PDI, utilizando a ética discursiva habermasiana como referencial de análise. Este artigo está organizado conforme a seguinte estrutura: referencial teórico após esta introdução, aspectos metodológicos, análise de dados com resultados, considerações finais e lista de referências.

2 Estudos sobre a ética discursiva habermasiana

Durante uma interação, os sujeitos proferem atos de fala que carecem de estudo com o objetivo de compreender em que tais atos de fala podem contribuir para o tema que é discutido.

O estudo dos atos de fala dos sujeitos participantes da interação consiste na análise do discurso, considerando que tais sujeitos são pessoas racionais. Habermas (2019) afirma que “a relação estreita entre saber e racionalidade permite supor que a racionalidade de uma exteriorização depende da confiabilidade do saber nela contido” (Habermas, 2019, p. 32), para explicar que o saber deve ser criticado como inconfiável.

Com isso, a prática da análise do discurso pode levar em consideração a confiabilidade ou não das exteriorizações (ou atos de fala), além de verificar o tipo de ato de fala para que a função deste seja averiguada. A pretensão do sujeito com aquele ato de fala é uma das preocupações de Habermas (2019) ao sugerir que sejam realizados estudos de atos de fala em discursos ou em debates.

O estudo da racionalidade presente em uma interação indica formas diversas de argumentação, assim como possibilidades de se dar prosseguimento ao agir comunicativo, adotando-se recursos reflexivos (Habermas, 2019). Estudar a racionalidade em uma comunicação consiste em verificar qual é a possibilidade de ação a ser obtida que, segundo Habermas (2019), pode ser comunicativa, instrumental ou estratégica.

Chamamos de instrumental uma ação orientada pelo êxito quando a consideramos sob o aspecto da observância de regras técnicas da ação e quando avaliamos o grau de efetividade de uma intervenção segundo uma concatenação entre estados e acontecimentos; chamamos tal ação de estratégica quando a consideramos sob o aspecto da observância de regras de escolha racional e quando avaliamos o grau de efetividade da influência exercida sobre as decisões de um oponente racional. Ações instrumentais podem ser associadas a interações sociais, e ações estratégicas representam, elas mesmas, ações sociais. De outra parte, falo ainda de ações comunicativas quando os planos de ação dos atores envolvidos são coordenados não por meio de cálculos egocêntricos do êxito que se quer obter, mas por meio de atos de entendimento. No agir comunicativo os participantes não se orientam em primeira linha pelo êxito de si mesmos; perseguem seus fins individuais sob a condição de que sejam capazes de conciliar seus diversos planos de ação com base em definições comuns sobre a situação vivida. (Habermas, 2019, pp. 495,496).

A racionalidade comunicativa é a forma de se usar a comunicação ética com o objetivo de se alcançar consenso na interação, de modo a se alcançar o agir comunicativo. Será por meio da racionalidade comunicativa que soluções para problemas sociais podem ser encontradas, ocasionando o agir comunicativo.

O agir estratégico prioriza a racionalidade instrumental, já que os sujeitos participantes da interação maximizam seus próprios interesses, utilizando de uma comunicação permeada por atos de fala estratégicos, favoráveis a si mesmos. A racionalidade instrumental preza pela eficiência e eficácia para alcançar objetivos, não necessariamente que sejam benéficos para um grupo ou comunidade, mas que conduzam o ouvinte ao convencimento da validade de argumentos que são, muitas vezes, manipulativos.

Uma forma de se interpretar um ato de fala é por meio da interpretação sobre o tipo de exteriorização, quando o ato de fala é exteriorizado durante uma interação. Assim, Habermas (2019) os apresenta:

- **Exteriorizações expressivas:** “dão expressão a um sentimento ou carência meramente particulares” (Habermas, 2019, p. 45), correspondendo à expressão de uma opinião.
- **Exteriorizações constatativas:** são “atos comunicativos caracterizados por referências ao mundo” (Habermas, 2019, p. 45). Como a própria denominação indica, corresponde a averiguar ou confirmar a existência, realidade ou verdade sobre alguma coisa ou fato, por meio de observação particular.
- **Exteriorizações avaliativas:** significa emitir um julgamento, considerando pontos fortes ou fracos, sob o ponto de vista de diferentes aspectos. O mesmo autor afirmou que tais exteriorizações não são simplesmente expressivas e nem constatativas, pois “mantêm-se em conformidade com uma expectativa de comportamento generalizada” (Habermas, 2019, p. 45).
- **Exteriorizações idiossincráticas:** corresponde ao relato de uma experiência. “Seu teor de significado não se torna acessível por meio da força do discurso poético ou pela conformação criativa, e ele dispõe tão somente de um caráter privado” (Habermas, 2019, p. 47).

Analizar uma exteriorização tem o objetivo de averiguar a possível intenção do sujeito com esse ato de fala. Então, a partir dessa interpretação, podemos compreender se o sujeito utiliza a racionalidade comunicativa ou a instrumental.

Podemos resumir assim nossas reflexões: entendemos racionalidade como uma disposição de sujeitos capazes de falar e agir. Ela se exterioriza nos modos de comportamento para os quais, a cada caso, subsistem boas razões. Isso significa que exteriorizações racionais são acessíveis a um julgamento objetivo – o que vale para todas as exteriorizações simbólicas que estejam ligadas ao menos implicitamente a pretensões de validade. (Habermas, 2019, p. 56)

Cada sujeito, se racional, tem seus argumentos passíveis de crítica e correção e cada ato de fala proferido poderá ter uma consequência; aí reside a importância do tipo de racionalidade empregada.

Além disso, diante de um argumento, três aspectos podem ser observados, ou seja, se o ato de fala corresponde a um processo, a um procedimento ou à produção de argumentos procedentes e convincentes.

O ato de fala corresponde ao processo, quando “trata-se de uma forma de comunicação inverossímil, já que muito próxima de condições ideais” (Habermas, 2019, p. 60) e “sob esse aspecto, pode-se conceber a argumentação como um *prosseguimento reflexivamente direcionado ao agir que se orienta por outros meios ao entendimento*” (Habermas, 2019, p. 61). No caso de se tratar de um procedimento, “tem-se uma forma de interação *especialmente regulamentada*. E o processo de entendimento discursivo passa a ser normatizado sob a forma cooperativa de uma divisão de trabalho entre proponentes e oponentes” (Habermas, 2019, p. 61).

Caso o ato de fala corresponda à produção de argumentos procedentes e convincentes “em razão de propriedades intrínsecas com que é possível resolver ou refutar pretensões de validade”, quando há a intenção de utilizar argumentos para se fundamentar ou resgatar uma validade.

No caso de atos de fala constantes em documentos, não há a possibilidade de interpretação do tom de voz dos falantes ou de interpretar as expressões faciais. Pode-se verificar o contexto dos documentos, mas cada ato de fala pode ser interpretado à luz do seu objetivo e da intenção que carrega. “As argumentações distinguem-se de acordo com o tipo das pretensões que o proponente tenciona defender. E as pretensões variam de acordo com os contextos de ação” (Habermas, 2019, p. 73).

De qualquer maneira, não há como medir a validade ou não de um argumento. Segundo o autor, “a veracidade de expressões não se deixa fundamentar; ela só pode ser demonstrada. A falta de veracidade, por sua vez, pode apenas se delatar pela pouca consistência entre uma exteriorização e as ações que se ligam a ela por via interna” (Habermas, 2019, p. 89). Ou seja, analisar um ato de fala quanto ao tipo de exteriorização ou quanto ao aspecto não implica que a validade desse argumento será constatada.

Uma vez que o objetivo deste artigo reside na interlocução entre atos de fala de um documento curricular e atos de fala de professores obtidos em uma reunião, buscamos dentre os atos de fala dos professores aqueles que possam ser relacionados a determinado ato de fala do documento. Assim,

bem interpretar o ato de fala do PPI e os atos de fala dos professores conduzirão o raciocínio à compreensão das possíveis ações que se originarão desse ato de fala.

Tais ações podem ser distinguidas entre comunicativas ou estratégicas. As ações comunicativas “ajudam falantes e ouvintes a se entender sobre alguma coisa” (Habermas, 2019, p. 499), de modo que são orientadas pelo entendimento e unem planejamentos e ideais de ação por meio da interação; falantes que visam ações estratégicas para com o outro utilizam “subterfúgios da prática comunicativa já internalizada no dia a dia e assim, em favor do próprio êxito, instrumentaliza esse outro, levando-o a ter um comportamento obtido por meio de recursos linguísticos manipuladores da vontade alheia” (Habermas, 2019, p. 500).

Com o objetivo de contribuir para a utilização da linguagem orientada pelo entendimento, John Austin distinguiu três tipos de atos: locucionários, ilocucionários e perlocucionários.

O ato de fala locucionário indica que o falante enuncia algo, de forma literal ou descritiva; Habermas (2019) explica que o falante simplesmente “diz algo” (Habermas, 2019, p. 500). No caso do ato ilocucionário, existe uma intenção ou propósito quando o falante diz algo, de modo que esse sujeito “executa uma ação ao dizer algo” (Habermas, 2019, p. 500); para os atos perlocucionários, o falante deseja causar um efeito no ouvinte, como provocar, convencer ou assustar, podendo entender que uma característica é o de “realizar algo por meio de se estar agindo enquanto se diz algo” (Habermas, 2019, p. 501).

O autor afirma que se um falante deseja obter êxito a partir de algum ato de fala, ele não pode “dar a conhecer seus fins perlocucionários” (Habermas, 2019, p. 506), pois os fins ilocucionários só são possíveis de serem alcançados quando proferidos. Segundo a mesma referência, o agir comunicativo envolve interações em que todos os participantes têm como objetivo alcançar exclusivamente fins ilocucionários e afirma que “o falante só pode almejar objetivos perlocucionários quando engana seu parceiro no que se refere a estar agindo de maneira estratégica” (Habermas, 2019, p. 510).

Embora Habermas reelabore a teoria dos atos de fala de Austin, reconhecemos que se trata de um deslocamento teórico, e não de uma continuidade direta.

Para melhor compreendermos a intenção de cada ato de fala e, depois, buscarmos alguma conexão entre os atos de fala dos professores participantes da reunião e os atos de fala do PPI, estudamos cada um à luz da ética discursiva habermasiana. A seguir, apresentamos o estudo a partir do que foi exposto aqui.

3 Recursos metodológicos e análise de dados

O estudo teve caráter qualitativo e interpretativo. Os dados analisados se dividem em dois conjuntos:

- Documentos institucionais: PPI (2023-2027) e PDI (2023-2027), dos quais extraímos sete atos de fala relacionados à inclusão.
- Transcrição de uma reunião docente: 48 atos de fala foram identificados na gravação.

A reunião foi gravada com autorização dos participantes e teve como tema a discussão sobre como percebem a inclusão na Instituição onde lecionam. Com duração total de 1h40min, foram extraídos 48 atos de fala e dentre esses, selecionamos alguns que podem ser relacionados ao ato de fala escolhido no PPI para estudo. Do PPI foram extraídos 5 atos de fala que abordam a inclusão e, desses, selecionamos 1 deles com base na abrangência.

Dos documentos institucionais, foram considerados atos de fala ou trechos normativos que expressam: a₁) diretrizes explícitas de inclusão; b₁) ações planejadas ou intencionadas; c₁) princípios institucionais. Quanto aos atos de fala dos professores, foram selecionados aqueles que: a₂) tratam diretamente de inclusão; b₂) relacionam-se conceitualmente às diretrizes do PPI ou PDI; c₂) apresentem diversidade de tipos de exteriorização. Tais critérios fortalecem a coerência metodológica, evitando escolhas arbitrárias.

É importante destacar que a análise dos dados não buscou verificar consenso normativo entre os documentos e atos de fala dos docentes, mas apenas possíveis diálogos e tensões. Serão apresentados, então, as diretrizes institucionais e os atos de fala de docentes, com as possíveis interlocuções observadas.

Inicialmente, tem-se o quadro 01, que apresenta os 5 atos de fala e em destaque o escolhido para esse estudo:

Quadro 01 – Atos de fala selecionados do PPI que promovem a inclusão.

Identificação	Descrição
01	Criação de políticas sólidas de inclusão e diversidade, com as adequações institucionais necessárias à acessibilidade, incluindo a contratação e capacitação de servidores e a promoção de eventos sobre a temática.
02	Promoção da educação livre de sexismo, racismo, misoginia, capacitismo, gordofobia, homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia e outras formas de preconceito.
03	Criação e implantação de órgãos ou unidades que organizem e executem ações de acessibilidade e apoio aos discentes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas, como suporte para a aprendizagem e o desenvolvimento psicossocial.
04	Reconhecimento, identificação e valorização das diferentes inteligências dos alunos, e criação de políticas e programas que incentivem alunos com altas habilidades ou superdotação.
05	Revisão da organização das salas de aula, para promover a integração, acessibilidade, e adequação dos espaços físicos da Instituição, conforme normas e legislações vigentes.

Fonte: (CEFET-MG, 2022a, p. 51)

O ato de fala selecionado se refere a um conjunto de ações e estratégias que visam tornar o ambiente escolar mais inclusivo e acessível para todas as pessoas, respeitando suas características,

necessidades ou condições. Essa orientação indica um compromisso da instituição com a inclusão e a diversidade, abordando medidas específicas para promover um ambiente acessível e acolhedor para todos e cada um, em particular.

Ao definir diretrizes e normas que garantem que pessoas de diferentes origens, identidades, habilidades e características tenham as mesmas oportunidades e sejam respeitadas, o compromisso é o de buscar por medidas que combatam a discriminação e garantam a igualdade de oportunidades, promovendo a convivência respeitosa e ética entre pessoas de diferentes origens, gêneros, raças, religiões, orientações sexuais e com ou sem deficiências, transtornos e/ou altas habilidades-superdotação.

Assim, esse ato de fala indica um conjunto de ações planejadas e desejadas de serem executadas na instituição. Segundo o autor, um ato de fala pode corresponder a um processo, um procedimento ou à produção de argumentos procedentes e convincentes.

Um ato de fala é um processo quando o argumento é concebido “como um prosseguimento reflexivamente direcionado ao agir que se orienta por outros meios ao entendimento” (Habermas, 2019, p. 61); como procedimento, temos que “o processo de entendimento discursivo passa a ser normatizado sob a forma cooperativa de uma divisão de trabalho entre proponentes e oponentes” (Habermas, 2019, p. 61). Um ato de fala caracterizado como uma produção de argumentos procedentes e convincentes ocorre quando há a intenção de respaldar ou resgatar uma pretensão de validade, com o intuito principal de encerrar polêmicas ou contestações em torno da legitimidade do que é apresentado (Habermas, 2019).

O ato de fala escolhido dentre os apresentados no PPI foi caracterizado como um processo e pode ser caracterizado como um ato ilocutório, pois consiste numa intenção ou propósito declarado pela instituição no documento. Devemos entender, assim, que a Instituição teve a intenção de “agir enquanto dizia algo” (Habermas, 2019, p. 500), indicando uma promessa ou um comando, por exemplo.

No PDI, identificamos 2 atos de fala que abordam, especificamente, a inclusão e o ato de fala selecionado para este artigo foi destacado, como mostra o Quadro 02:

Quadro 02 - Apresentação dos atos de fala selecionados no PDI 2023-2027 do CEFET-MG identificados por F e G.

Ato de fala

FF	Garantir acessibilidade e inclusão no CEFET-MG, especialmente por meio da atuação dos NAAPI, no âmbito de cada campus.
GG	Consolidar o acolhimento, reconhecimento e valorização das diversidades no CEFET-MG.

Fonte: (CEFET-MG, 2022b)

O ato de fala G expressa um propósito ou finalidade de potencializar o acolhimento, o reconhecimento e a valorização das diversidades na Instituição. O verbo “consolidar” indica um comando de consolidar algo, correspondendo a um processo, pela necessidade de “agir que se orienta por outros meios ao entendimento” (Habermas, 2019, p. 61); também é caracterizado como ato ilocutório, porque corresponde a um comando, indicando que há intenção de uma ação por meio da mensagem expressa.

Buscamos o banco de dados sobre os atos de fala dos professores participantes da reunião e identificamos 7 exteriorizações que podem ser vinculadas ao ato de fala 01 do PPI. É importante destacar que, diante de nossa interpretação, os participantes da reunião proferiram atos de fala que corroboraram com tal necessidade apresentada no PPI. A Figura 01 ilustra essas informações:

Figura 01 – Relação entre atos de fala dos professores com o ato de fala selecionado no PPI.

Ato de fala: Criação de políticas sólidas de inclusão e diversidade, com as adequações institucionais necessárias à acessibilidade, incluindo a contratação e capacitação de servidores e a promoção de eventos sobre a temática.

“Mas a escola hoje eu acredito, a minha percepção é de que ela não dá conta de absorver e até de cumprir a própria legislação, dada a baixa quantidade de pessoas que têm a qualificação necessária para isso”. (Docente A)

“Acredito que isso não acontece por falta de interesse da escola, mas como o A relatou nós temos poucos especialistas na área que possa ajudar a promover essa inclusão na escola, cada vez mais o setor pedagógico vai diminuindo, o setor de psicologia também e muitas vezes falta até verba para contratar pessoas para acompanhar esses alunos”. (Docente B)

“O estar com um aluno que precisa de atenção, planejamento do programa de estudos é uma coisa que, para funcionar, tem que ter um investimento muito pesado, pois isso carece de tempo para se dedicar, elaborar o programa de trabalho semanal ou mensal.” (Docente C)

“Eu tive um caso de um aluno que tinha paralisia motora que entrou tardiamente na escola, porque ele só poderia entrar se tivesse uma equipe para acompanhá-lo. Aí tivemos um problema com a contratação de profissionais, porque existe um problema de legislação aí. Fala que pode fazer, que tem que fazer, mas a estrutura organizacional administrativa que nos permite contratar é conflitante, burocrático mesmo. (Docente C)

“Está na hora da gente agir e não dá para agir tão timidamente como está sendo feito e pensar que cada um vai dar conta de resolver esses problemas, porque a gente não vai dar conta disso”. (Docente G)

“Nós precisamos de aprender com psicólogos, com pedagogos e aprender com quem já está trabalhando com esse tipo de questão, porque isso aí é uma realidade”. (Docente H)

“Eu, particularmente, tenho muitas dúvidas de como trabalhar com esses alunos. Uma das coisas que eu sinto falta é a capacitação de professores para trabalhar com a inclusão, para a gente se sentir mais confortável para lidar com a inclusão”. (Docente I)

Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

Corroborando com essa proposta, temos o ato de fala do docente A, identificado como expressivo, reconhece que a escola ainda não tem a estrutura adequada para receber alunos com necessidades educacionais especiais. O docente B, também exteriorização expressiva, concorda com o docente A ao afirmar que há poucos especialistas na área para trabalhar com a inclusão e que servidores efetivos são importantes para se evitar a rotatividade na Instituição.

O participante C, com uma exteriorização constatativa, afirma que a Instituição precisa de investimentos para que o planejamento e organização do programa de estudos seja eficaz e atenda ao maior número possível de estudantes. Esse mesmo participante, em outro ato idiossincrático, relatou uma experiência vivenciada com um aluno que precisava de acompanhante, mas cuja contratação

esbarrou em burocracia; o processo de criação de políticas sólidas voltadas para a inclusão pode minimizar o número de problemas como esse.

O docente G, com um ato expressivo, reivindica a necessidade de se buscar os procedimentos corretos com vias a colocar em prática o processo. Para isso, como o próprio participante relata, os professores não conseguirão sozinhos resolver os problemas que existem, então precisam dos gestores da Instituição para isso e a maneira mais segura de se garantir o direito dos estudantes com necessidades educacionais especiais é por meio da criação e execução de políticas.

O participante H expressou sua opinião afirmando que os professores precisam aprender com psicólogos, pedagogos e outros profissionais que tenham conhecimento e experiência para lidar com as pessoas com deficiência, transtornos e/ou altas habilidades. O docente I foi nessa mesma linha, destacando a necessidade de que a Instituição proporcione cursos de capacitação para os servidores, para que esses sintam mais confiança para acolher e lidar com os estudantes que tenham necessidades educacionais especiais.

Também interpretamos esses 7 atos de fala com relação à caracterização referente a ato locutório, ilocutório e perlocutório. Organizamos o Quadro 03 com tais definições:

Quadro 03 - Categorização dos atos de fala dos professores como locutório, ilocutório e perlocutório.

Docente	Transcrição do ato de fala	Categoría
A	“Mas a escola hoje eu acredito, a minha percepção é de que ela não dá conta de absorver e até de cumprir a própria legislação, dada a baixa quantidade de pessoas que têm a qualificação necessária para isso”.	Ilocutório
B	“Acredito que isso não acontece por falta de interesse da escola, mas como o A relatou nós temos poucos especialistas na área que possa ajudar a promover essa inclusão na escola, cada vez mais o setor pedagógico vai diminuindo, o setor de psicologia também e muitas vezes falta até verba para contratar pessoas para acompanhar esses alunos”.	Ilocutório
C	“O estar com um aluno que precisa de atenção, planejamento do programa de estudos é uma coisa que, para funcionar, tem que ter um investimento muito pesado, pois isso carece de tempo para se dedicar, elaborar o programa de trabalho semanal ou mensal.”	Ilocutório
C	“Eu tive um caso de um aluno que tinha paralisia motora que entrou tardiamente na escola, porque ele só poderia entrar se tivesse uma equipe para acompanhá-lo. Aí tivemos um problema com a contratação de profissionais, porque existe um problema de legislação aí. Fala que pode fazer, que tem que fazer, mas a estrutura organizacional administrativa que nos permite contratar é conflitante, burocrático mesmo.”	Ilocutório
G	“Está na hora da gente agir e não dá para agir tão timidamente como está sendo feito e pensar que cada um vai dar conta de resolver esses problemas, porque a gente não vai dar conta disso”	Ilocutório
H	“Nós precisamos de aprender com psicólogos, com pedagogos e aprender com quem já está trabalhando com esse tipo de questão, porque isso aí é uma realidade”.	Ilocutório
I	“Eu, particularmente, tenho muitas dúvidas de como trabalhar com esses alunos. Uma das coisas que eu sinto falta é a capacitação de professores para trabalhar com a inclusão, para a gente se sentir mais confortável para lidar com a inclusão”.	Ilocutório

Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

Sendo um ato expressivo, o ato de fala do docente A corresponde a um ato ilocutório, pois a intenção é firmar ou expressar uma crença. O docente B proferiu um ato de fala que também é ilocutório, uma vez que sua intenção é apontar as dificuldades enfrentadas pela instituição e há um propósito de ação para além de apenas dizer algo.

Escolhemos dois atos de fala do docente C e ambos também correspondem a atos ilocutórios. No primeiro existe a intenção de convencimento ou aviso dos ouvintes sobre a importância de se construir um planejamento para atender os alunos com necessidades educacionais especiais; lembrando que em um ato ilocutório há um propósito comunicativo com a exteriorização, o docente não está apenas relatando uma experiência docente, mas profere uma crítica aos entraves burocráticos que não permitem a implementação de ações mais eficazes para a vivência da inclusão.

O docente G não apenas descreve ou afirma algo, mas chama a atenção para a urgência e necessidade de não agir timidamente, uma vez que reconhece que apenas os docentes não têm competência para solucionar os problemas que existem na educação inclusiva; desse modo, é um ato ilocutório.

Com seu ato de fala, o docente H está sugerindo ou recomendando alguma coisa, no momento que reconhece que os professores precisam aprender com psicólogos, pedagogos e outros profissionais. Como há essa intenção no ato de fala, então é uma característica do ato ilocutório.

O ato de fala do participante I também é ilocutório, pois este relata seu desconforto com a falta de capacitação para lidar com a inclusão. Indica um pedido indireto de formação adequada para o exercício de sua profissão.

Após as explanações sobre os atos de fala dos docentes e do PPI foi possível observar que todos os atos de fala são ilocutórios e ainda comprovamos que a racionalidade comunicativa se fez presente tanto na reunião com os professores como na elaboração do PPI, pois segundo Habermas (2019), observamos o consenso entre os atos de fala dos docentes e do PPI obtido por meio de comunicação ética.

Sobre o ato de fala G, a Figura 02 apresenta os atos de fala dos docentes que corroboram com ele:

Figura 02 – Relação entre atos de fala dos professores com o ato de fala G selecionado no PDI.

Ato de fala G: Consolidar o acolhimento, reconhecimento e valorização das diversidades no CEFET-MG.

“O fato de o CEFET ser uma escola técnica pode, pelo menos no meu entendimento, afastar de algum modo, a intenção de alguns alunos que possuem certas deficiências, por acreditarem que não conseguiram completar o curso, dada a necessidade de cursar disciplinas técnicas”. (Docente A)

“Então eu vejo que nós estamos num processo de transformação e que isso fatalmente vai melhorar, eu acho que piorar não”. (Docente A)

“A família dele não comunicou a escola e partiu de mim, em relação a todos os professores que ele tinha, que percebeu que ele precisava de alguma atenção. Ele tinha uma dificuldade de participar da aula, de estar naquele ambiente, e eu procurei a direção da escola”. (Docente B)

“Eu acho que falta realmente é uma organização e pessoas para promover essa inclusão. Eu vejo que estamos caminhando para isso”. (Docente B)

“Às vezes isso acaba sendo um pouco frustrante, porque você tem um aluno que tem dislexia, por exemplo, ou alguma necessidade de acompanhamento, aí de repente a única coisa que você pode fazer por ele é dar mais tempo de prova ou tentar atendê-lo extraclasse”. (Docente C)

“O governo fala que tem que contratar, mas na hora de contratar existe uma série de barreiras que impedem essa contratação. Você não pode contratar um profissional, por exemplo, por 3 anos porque caracteriza vínculo empregatício e teria que ter um concurso.” (Docente C)

“Eu tenho uma sala com um total de 48 alunos, sendo 5 alunos diagnosticados dentre autismo, TOD (Transtorno Obsessivo Desafiador), ansiedade e TDAH, (com intersecções). Tenho conversado muito com a psicóloga (do CEFET) e elas têm ido na sala pra conversarmos juntos com os alunos sobre isso”. (Docente D)

“Eu tive um aluno com paralisia e ele era muito participativo. Eu brincava muito com ele e ele participava das aulas e ficava numa alegria porque estava participando, mesmo tendo um comprometimento da fala. Os colegas tinham muito carinho por ele e isso ajudou bastante.” (Docente F)

“Na verdade, a gente está recebendo aluno que tem defasagem de matemática, aí a gente não sabe se é só defasagem ou se é algum transtorno”. (Docente G)

Fonte: elaborado pelos pesquisadores, em 2024.

Com um ato de fala avaliativo, o docente A entende que alunos com deficiências podem não se interessar em considerar o CEFET-MG para algum curso técnico, por considerarem que as disciplinas técnicas poderiam ser um obstáculo. De certo modo, esse argumento pode ser verdadeiro sim para algumas disciplinas, mas com o devido acolhimento e valorização das diferenças é possível que um aluno conclua um curso técnico na Instituição, mesmo se tiver alguma deficiência e/ou transtorno.

Selecionamos outro ato de fala do participante A para ilustrar o ato de fala G do PDI. O ato de fala em questão foi identificado como expressivo e mostra que o docente percebeu que a Instituição passou por transformações e acredita que o processo tem potencial para ser, no mínimo, satisfatório.

O ato de fala do participante B foi identificado como idiossincrático. Temos, nesse caso, a importância de se promover o acolhimento, o reconhecimento e a valorização das diversidades do CEFET-MG. O mesmo participante corroborou com o ato de fala do docente A ao afirmar que falta organização e pessoal capacitado para promover a inclusão e que “estamos caminhando pra isso”. Esse ato de fala do participante B é expressivo e ratifica o ato de fala G do PDI.

O docente C expressou sua opinião sobre a possível impotência que os professores têm muitas vezes diante de problemas na Instituição com alunos que apresentam deficiências e/ou transtornos. Esse mesmo docente relata uma experiência que pode acontecer nas instituições diante da necessidade de contratar acompanhantes para estudantes com necessidades educacionais especiais.

Entraves burocráticos podem prejudicar o bom desenvolvimento de estudantes com deficiências e/ou transtornos, pois alguns desses alunos podem não conseguir se locomover, interagir ou realizar ações simples do cotidiano, como copiar o que os professores escrevem no quadro em sala de aula.

O ato de fala do participante D, idiossincrático, relata uma experiência vivenciada pelo docente D e mostra como é importante acolher, reconhecer e valorizar as diversidades na Instituição. Se numa mesma sala de aula foram encontrados tantos casos diferentes, é de se supor que uma instituição como o CEFET-MG, que acolhe, aproximadamente, 15 mil alunos distribuídos pelos 11 campi (CEFET-MG, 2024, p. 01), receba muitos mais alunos com diferentes características.

O docente F relatou uma experiência por meio da exteriorização idiossincrática em que é possível observar como o acolhimento, reconhecimento e valorização das diferenças pode contribuir positivamente com o desenvolvimento dos estudantes, mesmo que apresentem características que exijam muitas necessidades especiais.

O docente G exteriorizou um ato de fala constatativo sobre a escola receber alunos que geram dúvidas se se trata de dificuldades em matemática provenientes de defasagem de conteúdo ou de algum transtorno e/ou deficiência. Em situações assim, o acolhimento é primordial para se valorizar e reconhecer as diferenças.

Os 9 atos de fala relacionados ao ato de fala G do PDI também foram caracterizados com relação a ser um ato locutório, ilocutório ou perlocutório. Organizamos o Quadro 04 com tais resultados:

Quadro 04 – Categorização dos atos de fala dos professores como locutório, ilocutório ou perlocutório.

Docente	Transcrição do ato de fala	Categoría
A	“O fato de o CEFET ser uma escola técnica pode, pelo menos no meu entendimento, afastar de algum modo, a intenção de alguns alunos que possuem certas deficiências, por acreditarem que não conseguiram completar o curso, dada a necessidade de cursar disciplinas técnicas”.	Ilocutório

A	“Então eu vejo que nós estamos num processo de transformação e que isso fatalmente vai melhorar, eu acho que piorar não”.	Ilocutório
B	“A família dele não comunicou a escola e partiu de mim, em relação a todos os professores que ele tinha, que percebeu que ele precisava de alguma atenção. Ele tinha uma dificuldade de participar da aula, de estar naquele ambiente, e eu procurei a direção da escola”.	Ilocutório
B	“Eu acho que falta realmente é uma organização e pessoas para promover essa inclusão. Eu vejo que estamos caminhando para isso”.	Ilocutório
C	“Às vezes isso acaba sendo um pouco frustrante, porque você tem um aluno que tem dislexia, por exemplo, ou alguma necessidade de acompanhamento, aí de repente a única coisa que você pode fazer por ele é dar mais tempo de prova ou tentar atendê-lo extraclasse”.	Ilocutório
C	“O governo fala que tem que contratar, mas na hora de contratar existe uma série de barreiras que impedem essa contratação. Você não pode contratar um profissional, por exemplo, por 3 anos porque caracteriza vínculo empregatício e teria que ter um concurso.”	Ilocutório
D	“Eu tenho uma sala com um total de 48 alunos, sendo 5 alunos diagnosticados dentre autismo, TOD (Transtorno Obsessivo Desafiador), ansiedade e TDAH, (com intersecções). Tenho conversado muito com a psicóloga (do CEFET) e elas têm ido na sala pra conversarmos juntos com os alunos sobre isso”.	Ilocutório
F	“Eu tive um aluno com paralisia e ele era muito participativo. Eu brincava muito com ele e ele participava das aulas e ficava numa alegria porque estava participando, mesmo tendo um comprometimento da fala. Os colegas tinham muito carinho por ele e isso ajudou bastante.”	Ilocutório
G	“Na verdade, a gente está recebendo aluno que tem defasagem de matemática, aí a gente não sabe se é só defasagem ou se é algum transtorno”.	Ilocutório

Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

O primeiro ato de fala do docente A foi identificado como ilocutório por expressar uma opinião ou um julgamento sobre o fato de os cursos do CEFET terem disciplinas técnicas e, por isso, afastar possíveis candidatos que apresentam deficiências e/ou transtornos. O segundo ato de fala do docente A, de acordo com o Quadro 04, também pode ser caracterizado como ato ilocutório, pois o participante expressa sua opinião novamente sobre uma situação de mudança e a crença de que essa mudança pode ser positiva.

O ato de fala do participante B, apresentado no Quadro 04, como sendo um ato idiossincrático, foi caracterizado como ilocutório também, pois expressa uma ação a ser executada e uma preocupação com o bem-estar do aluno. Em seu segundo ato de fala apresentado no Quadro 04, temos que se trata também de um ato ilocutório, uma vez que expressa um julgamento e uma constatação sobre uma necessidade, que é de organização e inclusão na Instituição do PDI.

Também escolhemos 2 atos de fala do docente C para corroborar com o ato de fala G do PDI. Os dois atos de fala foram entendidos como atos ilocutórios, sendo o primeiro um ato expressivo e o segundo, idiossincrático; com o ato expressivo, o docente C faz uma crítica sobre as dificuldades enfrentadas na contratação de profissionais devido à burocracia do sistema.

O ato de fala D, caracterizado como idiossincrático, também é um ato ilocutório, uma vez que relata uma experiência vivenciada em sala de aula e evidencia uma ação tomada pelo docente para conseguir sucesso com ela.

Com o ato de fala F temos uma avaliação positiva sobre a inclusão de um aluno na turma, mesmo diante das dificuldades enfrentadas pelo aluno. Entendemos como sendo um ato ilocutório, pois o docente relata um fato e manifesta sentimentos positivos em relação à experiência.

O último ato de fala do Quadro 04, do docente G, também é um ato ilocutório, por expressar uma frustração sobre a situação de alunos com dificuldades de aprendizagem que, muitas vezes, os docentes não sabem se é dificuldade ou algum transtorno. A intenção por trás desse ato de fala é que a Instituição adote um olhar mais sensível para estudantes que apresentem uma dificuldade maior na aprendizagem da matemática.

Por fim, vimos que todos os atos de fala apresentados neste artigo são ilocutórios, tanto os do PPI e do PDI, como os atos de fala proferidos pelos professores durante a reunião.

Foram identificadas convergências temáticas entre os atos de fala estudados, pois os dois conjuntos reconhecem a importância da inclusão, apontam desafios e necessidades estruturais, além de apresentarem compreensões de que a inclusão exige ações institucionais amplas. Assim, a racionalidade comunicativa se manifesta na abertura argumentativa e na possibilidade de crítica e cooperação entre os sujeitos.

4 Considerações finais

Este estudo examinou a relação entre diretrizes institucionais e atos de fala dos docentes sobre inclusão no ensino de matemática. A análise revela convergências importantes, mas também tensões relacionadas à burocracia, falta de recursos e necessidade de formação continuada.

Este artigo não trata documentos institucionais como "falantes", mas como instrumentos de orientações normativas que podem dialogar com discursos reais. Além disso, mantivemos distinções teóricas fundamentais entre categorias de Habermas e Austin, evitando reduções indevidas.

Após as exteriorizações de cada docente, sentimos a necessidade de buscar os documentos institucionais que orientam a Instituição, no caso, o PPI e o PDI, para verificar o que consta sobre inclusão que pode contribuir com o trabalho docente.

Do PPI, encontramos 5 atos de fala que abordam a inclusão e, destes, escolhemos 1 para apresentar neste artigo; o ato de fala escolhido se refere a um processo e corresponde a um ato ilocutório. Dentre os 2 atos de fala selecionados do PDI, escolhemos 1 para ser aqui apresentado, correspondendo a um processo e um ato ilocutório.

Ao transcrever a reunião com os professores, selecionamos 48 atos de fala para estudar e buscamos dentre eles aqueles que tivessem correspondência com o ato de fala do PPI; para relacionar

com este, conseguimos 7 exteriorizações que corroboraram com a importância da orientação inserida no PPI e escolhida para este artigo.

Dentre estes 7 atos de fala escolhidos observamos atos expressivos, constatativos e idiossincráticos, sendo alguns deles caracterizados como ilocutórios.

Para o ato de fala G do PDI, encontramos 9 atos de fala dos participantes da reunião com os professores, todos ilocutórios. Dentre esses, identificamos atos expressivos, idiossincráticos, avaliativos e constatativos. As características da racionalidade comunicativa foram percebidas tanto na interação entre os professores como na elaboração dos atos de fala estudados do PPI e do PDI, pois houve comunicação ética entre os professores durante a reunião e entre os membros da comunidade escolar durante a organização do documento. Os participantes das interações se sentiram confortáveis para expor opiniões, relatar experiências e proferir avaliações e constatações a respeito do tema discutido.

Considerando a presença da razão comunicativa e de atos ilocutórios, podemos concluir que ocorreu a ação comunicativa (ou agir comunicativo) de Jurgen Habermas, pois o entendimento mútuo foi alcançado por meio do debate.

Referências

CEFET-MG. PPI - Projeto Pedagógico Institucional: 2023 - 2027. (CEFET-MG, Ed.) Fonte: cefetmg.br, 2022a.

CEFET-MG. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) - Versão 2023-2027. Disponível em CEFET-MG: <https://www.cefetmg.br/instituicao/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi/>, 2022b. Acesso em 24/05/2024.

CEFET-MG. Relatório de Gestão 2023 [recurso eletrônico]. Fonte: cefetmg.br: https://www.cefetmg.br/wp-content/uploads/2024/03/RG2023-2024_pos_CD_completo.pdf, 2024.

HABERMAS, J. Teoria do agir comunicativo I: racionalidade da ação e racionalização social. (P. A. Soethe, Trad.) São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2019.

Recebido em: 15-12-25

Aprovado em: 28-12-25



Artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional